

A novidade liberal e a imprensa na província do Maranhão – Brasil (1821-1822)

Luisa Moraes Silva Cutrim¹

Introdução

A instalação da Corte portuguesa no Brasil marcou, entre outros aspectos, o início da atuação da imprensa e ganhou um novo fôlego a partir das transformações advindas da Revolução do Porto, com o fim da censura prévia, em março de 1821². No período, ocorreu o aumento significativo da quantidade de periódicos, os quais tornaram-se importantes palcos de embates. Com o triunfo do constitucionalismo, os impressos circulantes na América portuguesa utilizaram suas páginas para reforçar a constituição do império luso-brasileiro e igualá-lo ao peso político dos dois lados do Atlântico³.

As diversas formas impressas de manifestar a cultura política que nascia na América portuguesa tornaram-se instrumento de poder para aqueles que detinham «o privilégio do saber e da escrita»⁴. O Maranhão foi uma dessas províncias onde ficou perceptível a transformação do espaço público, após a adesão à Revolução do Porto em 6 de abril de 1821. Isto porque, dias após a adesão, teve início a

1. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Email: luisacutrim@hotmail.com.

2. Como destaca Isabel Lustosa, a liberdade de imprensa possibilitou tanto a escritores quanto a leitores brasileiros a abertura para a multiplicidade de ideias e atitudes. LUSTOSA, 2010: 11.

3. RIBEIRO, 1997: 63, 69.

4. José Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile também destacam os escritos manuscritos que continuaram circulando na América portuguesa no período e afirmam: «Se os panfletos impressos da mesma época revelam intenso debate político entre letrados em torno dos grandes problemas do momento, os manuscritos sobressaem pela revelação da participação das ruas na “guerra literária” da constitucionalização e da independência.» Os primeiros indicariam a complexidade do debate enquanto os segundos demonstrariam o seu alcance. CARVALHO, BASTOS, BASILE, 2012: introdução.

circulação do primeiro jornal, «O Conciliador» ainda manuscrito⁵. O primeiro jornal da província é emblemático para demonstrar como a imprensa foi rapidamente absorvida para disseminar novas ideias e expor opiniões. «O Conciliador» foi um dos mecanismos utilizados pelo governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca⁶ para legitimar o novo caráter do seu Governo, agora revestido de ares constitucionais, ao conseguir manter-se no poder após a adesão⁷.

Sete meses após a adesão, ainda em 1821, o então governador começou a incrementar os «canais públicos de legitimidade»⁸ com a instalação da tipografia no Maranhão, também símbolo da liberdade de imprensa. Por meio dela, seria possível discutir a matéria do constitucionalismo e dirigir e retificar a opinião pública⁹. A instalação e a manutenção da tipografia tiveram ainda apoio fundamental do negociante Antônio José Meirelles¹⁰, o qual financiou a compra de equipamentos e a vinda dos artífices para a cidade¹¹.

O negociante e comendador Meirelles era considerado o principal homem de negócio da praça comercial do Maranhão e teve papel de destaque no Governo de Pinto da Fonseca, o auxiliando em momentos decisivos, como o da

5. O Maranhão adere à Revolução do Porto em 6 de abril de 1821 e nove dias depois começava a circular o jornal «Conciliador», que se manteve manuscrito nos 34 primeiros números.

6. Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca foi governador do Maranhão entre 1819 a 1822, período em que o Maranhão adere à Revolução do Porto e ele consegue se manter no poder a partir de alianças com figuras influentes como Meirelles. Por isso, o uso dos termos «novo» e «constitucional» entre aspas para definir esse período do seu Governo. GALVES, 2010.

7. A adesão contou com forte apoio de comerciantes, agricultores, assim como funcionários públicos e advogados. O então governador Pinto da Fonseca, cuja trajetória pautava-se em relações de fidelidade à família real, optou pela adesão como única saída capaz de conter os ânimos exaltados e, ao mesmo tempo, manter-se no poder. Os grupos partidários dividiram-se, então, em favoráveis, ou não, ao «novo» governo constitucional. GALVES, 2010: 21, 65.

8. Outro mecanismo utilizado por Pinto da Fonseca foi pelo Teatro União, cuja administração passou a ser pública, servindo como espaço pedagógico constitucional a partir de encenações e da distribuição de poesias que reafirmavam o novo discurso do governo. GALVES, 2010: 74, 298.

9. «O Conciliador do Maranhão», 14 nov. 1821: 4.

10. Antônio José Meirelles atuou como negociante no Maranhão na primeira metade do século XIX, alcançando postos militares na região, além de uma das principais distinções honoríficas do período, a comenda da Ordem de Cristo, passando a ser mais usualmente citado como comendador Meirelles. Em 1838, ano da sua morte, foi possível produzir volumoso inventário. Além de fortuna, Meirelles também acumulou influência, com sua trajetória marcada por alianças e dissensos. Sobre sua trajetória ver CUTRIM, 2017.

11. «O Conciliador do Maranhão», 20 dez. 1821: 8.

instalação da tipografia¹². Desse modo, Meirelles passou a ser considerado pela oposição sinônimo do «novo» Governo constitucional. Assim, recaíram sobre ele denúncias e reclamações contra sua atuação política ao lado de Pinto da Fonseca. Em contrapartida, as páginas do jornal «O Conciliador» foram frequentemente utilizadas para publicizar defesas ao negociante. O periódico foi, então, palco dos embates políticos da região e, conseqüentemente, ferramenta importante para a proteção dos aliados de Fonseca¹³.

O presente trabalho visa analisar as «novidades constitucionais» que marcaram o Maranhão, utilizando como fio condutor os embates impressos que envolveram o então governador Pinto da Fonseca e seu fundamental aliado Antônio José Meirelles. As teias de dissensos no período de influência vintista possibilitam compreender tanto estratégias utilizadas pelos personagens para conseguir manter as influências políticas e econômicas na região, como também a constante e ativa oposição que havia. De ambos os lados, os jornais foram instrumentos fundamentais para a busca tanto da consolidação quanto da destruição da imagem do Governo e do negociante. A análise será pautada no jornal «O Conciliador», em alguns dos abaixo-assinados produzidos pela oposição, como os folhetos *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao rei e Violências feitas no governo do Maranhão pro B. da S. P.*, assim como o jornal «A Folha Medicinal», publicado no Maranhão em 1822.

Os embates impressos

A relação entre Antônio José Meirelles e o jornal «O Conciliador» fica clara desde os primeiros números do impresso, onde, já na edição de número 3, é relatado sobre o «lauto jantar» oferecido por Meirelles ao «Regimento de Linha da Guarnição desta Cidade» e aos presos da cadeia, além da doação de «quatro

12. Ao que parece, foram altos os gastos para a instalação da Tipografia. Marcelo Galves elenca gastos com a instalação e com a manutenção da mão-de-obra especializada, ressaltando os valores elevados para o funcionamento da Tipografia. Ao comparar, por exemplo, as despesas com pessoal, em 1821, o valor se assemelha aos gastos de toda Secretária de Governo naquele mesmo ano. A doação feita por Meirelles no início daquela instalação foi importante para a diminuição das despesas do governo. GALVES, 2016: 811-822.

13. Antônio José Meirelles juntamente com seu irmão Bruno Antônio Meirelles Soares foram assinantes do jornal «O Conciliador do Maranhão» em novembro de 1821, mantendo-se até, pelo menos em fevereiro de 1823, quando constam na lista como assinantes atuantes no Periódico. «O Conciliador do Maranhão», 24 nov. 1821: 5; «O Conciliador», 1 fev. 1823: 5-6.

centos mil réis» a serem distribuídos a famílias pobres. O intuito da publicação era exaltar a «generosidade patriótica» do negociante, o qual realizou os eventos em comemoração ao «feliz acontecimento do dia 6», referência à adesão ao movimento do Porto (ocorrida em 6 de abril de 1821). Dias depois, ao serem publicadas as listas de apoio ao novo Governo de Pinto da Fonseca, Antônio José Meirelles aparece em duas delas: a do Regimento de Milícias e a do Corpo de Comércio e Agricultura. Nesta última o negociante é citado como principal subscritor¹⁴.

Em 1821, período de início da circulação do jornal «O Conciliador», Antônio José Meirelles já era um dos principais nomes do comércio da região. O negociante estava estabelecido na província desde, pelo menos, o início do século XIX. Nesse ínterim, ocupava o cargo de capitão de milícias de São Luís e era figura de maior influência no Corpo de Comércio. Posições que explicam a subscrição nas duas listas de apoio ao governador Pinto da Fonseca.

Manter claro apoio político ao Governo e ativa participação nele, como foi o caso de Meirelles na gestão de Fonseca, obviamente, não trazia apenas benesses. Paralelamente ao uso d' «O Conciliador» para legitimar o Governo, os grupos opositores também se valiam de meios impressos e manuscritos para publicar denúncias, reclamações e insatisfações com o «novo» Governo constitucional de Fonseca. Por conseguinte, o principal alvo dos opositores era também o comendador Meirelles, já que era entendido como sinônimo daquele Governo e representava importante força econômica e política no Maranhão, possivelmente, até mais influente que o então governador.

Logo após a adesão do Maranhão à Revolução do Porto liderada por Pinto da Fonseca houve a divulgação, ainda em 1821, do folheto *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao rei*, abaixo-assinado manuscrito que contou com a assinatura de 65 pessoas com o objetivo de fazer denúncias sobre o Governo de Pinto da Fonseca e sobre seus aliados. Entre os assinantes, estavam nomes

14. «O Conciliador do Maranhão», 29 abr. 1821: 2-3.

importantes da oposição, como Honório José Teixeira¹⁵ e João Rodrigues de Miranda¹⁶.

As acusações contra Pinto da Fonseca recaíam sobre o despotismo que guiava suas atitudes, pelas quais estaria cada vez mais «aferrado ao seu sistema anticonstitucional» sufocando, juntamente com a Junta da Fazenda, os «sentimentos de Direito Natural e escrito»¹⁷. É fácil observar que a ativa oposição associava o constitucionalismo à queda de Pinto da Fonseca, visto como expressão maior de um «sistema anticonstitucional». O *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao rei* não poupou o principal aliado de Fonseca, Antônio Meirelles, e denunciou os gastos feitos por ele nas exéquias ao conde de Amarante¹⁸ revestido de uma tal pompa que «só competiria a pessoa Real», e que o negociante ainda tentou disfarçar o gesto por meio dos convites feitos pelo bispo Nazaré¹⁹.

Em fevereiro de 1822, o suplemento ao n.º 61 do jornal «O Conciliador» foi dedicado a refutar o folheto *Violências feitas no governo do Maranhão pro B. da S. P.*²⁰, em que Costa Soares, um dos redatores do jornal, apresenta trechos do folheto e faz as devidas defesas. O folheto enumera diversas violências que teriam sido cometidas por Pinto da Fonseca contra aqueles que não aceitaram a continuidade do seu Governo após a adesão ao movimento constitucional. A quarta violência, contudo, não foi atribuída a uma atitude de Fonseca, mas ao comendador Meirelles, entendido pelo folheto como a personificação dos desmandos do governador. Segundo os opositores, as atitudes arbitrárias de

15. Honório José Teixeira era filho de Caetano José Teixeira, um dos principais comerciantes de escravos da capitania e desafeto de Meirelles. A partir da adesão do Maranhão ao movimento do Porto, Honório José Teixeira passa a atuar ativamente no cenário político, opondo-se a Pinto da Fonseca e Meirelles, financiando impressos dentro e fora do Maranhão. GALVES, 2010: 73.

16. João Rodrigues de Miranda atuava no comércio do Maranhão desde o final do século XVIII. João Rodrigues mantinha relações conflituosas com Antônio José Meirelles desde, pelo menos, 1817, quando aquele ocupou o cargo de almotacé e foi acusado pelo comendador de obstruir seus negócios. Em 1819, João Rodrigues ainda arrematou uma série de contratos régios, aumentando as acusações de Meirelles, o que culminou com a prisão de Rodrigues. CUTRIM, 2013.

17. *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao rei*, 1821: 1.

18. Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, 1.º Conde de Amarante, era militar e sogro do governador Fonseca e se manteve contra a Revolução do Porto. Assim, a reclamação sobre as exéquias tinha o objetivo de realçar as relações políticas e familiares de Pinto da Fonseca, visto que tais vínculos reafirmavam a ligação do governado com o Antigo Regime e deslegitimava sua nova posição. GALVES, 2010: 71-72.

19. *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao rei*, 1821: 2.

20. *Violências feitas no governo do Maranhão pro B. da S. P.* foi o apelido que recebeu um conjunto de folhas soltas que chegou ao Maranhão em dezembro de 1821. Rodrigo Pinto Pizarro, ajudante de ordens do governo, publica carta n.º «O Conciliador», comunicando a entrada do folheto e afirma que buscaria um tempo para responder analiticamente «as mentiras grosseiras, falsidades e fatos desfigurados de que estão recheadas tais folhinhas». «O Conciliador do Maranhão», 20 dez. 1821: 2-3.

Pinto da Fonseca deixavam claro que governava à base do «Quero, e Mando», o que, concluíam na acusação, comprovava o aspecto anticonstitucional do então governador²¹.

Tanto o *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao rei* quanto o *Violências feitas no governo do Maranhão pro B. da S. P.* deixavam transparecer características do vocabulário advindo com o movimento do Porto. A eclosão da circulação de periódicos, panfletos e folhetos foi fundamental para a introdução de nova linguagem que também ganhava novo significado e definia princípios, direitos e deveres dos agora cidadãos. É notório, portanto, o uso de termos como «Constitucional» — note-se que em letra maiúscula no jornal — e anticonstitucional. Ao analisar o uso das palavras na Revolução Liberal de 1820, Telmo Verdelho ressalta os muitos empregos dos termos «constituição» e «constitucional» na imprensa do período e considera que a Constituição foi o «acontecimento político mais estimado pelos regeneradores vintistas». Este termo seria o indicador político de que a «aceitação ou a recusa da lei fundamental» definia politicamente os indivíduos²².

Detendo-se ao vocabulário político dos impressos da América portuguesa, Lúcia Neves também observa o frequente uso do termo Constituição, entendido como instrumento que, na prática, concretizava o ideário político do liberalismo. Em paralelo, surgem os adjetivos constitucional e anticonstitucional, que definiam dois grupos — de adesão ou de oposição à lei fundamental²³.

As denúncias dos opositores contra Fonseca e Meirelles expõem o discurso do Governo de se legitimar como constitucional, ou seja, favorável ao movimento iniciado em Portugal. Imagem questionada pelos seus oponentes nos folhetos mencionados, em que o então «constitucionalismo» do governador pesava mais para os ricos do que «para a barriga dos pobres»²⁴. No folheto *Violências feitas no governo do Maranhão pro B. da S. P.*, ao final, os acusadores ainda usam de ironia quando mencionam o rótulo de «anticonstitucionais» dirigido a eles, mesmo que suas críticas não fossem desfavoráveis ao ideário liberal. Essas denúncias, constantes em todos os folhetos e abaixo-assinados produzidos pela oposição nesse período, se relacionavam com a não admissão daquele Governo como constitucional, mesmo que Pinto da Fonseca tenha prestado juramento à

21. «O Conciliador do Maranhão», 11 fev. 1822: 4.

22. VERDELHO, 1981: 224-228.

23. NEVES, 2003: 148, 153.

24. «O Conciliador do Maranhão», 11 fev. 1822: 3.

Constituição²⁵. Ou seja, criticavam o fato de ter continuado no poder a mesma figura que até pouco tempo antes estivera intimamente ligada ao Antigo Regime.

Marcelo Galves destaca que a «leitura despolitizante do constitucionalismo português» pelo governador Pinto da Fonseca e seus aliados contribuiu para essa ferrenha resistência. Os grupos que já faziam oposição ao Governo percebiam, no momento de adesão à Revolução do Porto, possibilidades de mudanças²⁶. De todo modo, observa-se que a linguagem se politizava e entrava na vida pública do período, difundindo conceitos inovadores em oposição ao despotismo, tais como liberalismo e constitucionalismo. No entanto, esse vocabulário foi ganhando interpretações diversas segundo os interesses da elite local. No caso do Maranhão, grupos de elite o utilizaram mais notadamente para «criticar todo um passado anterior ao movimento constitucional»²⁷. O que permite afirmar que, tanto o liberalismo quanto o constitucionalismo, encontraram no Brasil «se não sua negação, um complexo processo de readequação»²⁸.

Outro exemplo da atuação da oposição foi o jornal «A Folha Medicinal», que passou a circular no Maranhão a partir de março de 1822. Segundo Marcelo Galves, o acesso à tipografia da província para impressão de outros periódicos sofreu mudanças decorrentes da saída de Pinto da Fonseca e da eleição de uma Junta de Governo²⁹. É que apenas nesse período, o jornal escrito por uma figura de oposição, Manoel Rodrigues de Oliveira, conseguiu autorização para ser impresso³⁰. O principal objetivo do periódico era denunciar os «desmandos» praticados desde abril de 1821 pelo «novo» Governo de Fonseca com o intuito de recuperar os anos em que o «O Conciliador» monopolizou com tendenciosidade

25. Pinto da Fonseca jurou a Constituição em 9 de agosto de 1821. GALVES, 2010: 73.

26. GALVES, 2010: 69.

27. NEVES, 2003: 139-140.

28. COSTA, 2015: 271-272.

29. A Junta Provisória foi eleita em fevereiro de 1822 e mesmo que tenha sido constituída majoritariamente por nomes vinculados à administração de Fonseca, houve maior possibilidade de uso da Tipografia pela oposição. GALVES, 2011: 98-121.

30. Manoel Rodrigues de Oliveira nasceu em Portugal e fez parte da oposição atuante contra Pinto da Fonseca. Como exemplo, ele foi um dos oito cidadãos que se opôs à continuidade daquele governo após a adesão ao movimento do Porto, ao lado de figuras já analisadas aqui como João Rodrigues de Miranda. Ademais, Oliveira já havia tentado imprimir outro periódico na Tipografia durante o governo de Pinto da Fonseca, que seria intitulado «Gazeta da Verdade», contudo, seu pedido foi negado sob alegação de excesso de trabalho. GALVES, 2011: 98-121.

e parcialidade a palavra impressa na tipografia. O jornal se ateve, então, a discutir os acontecimentos passados³¹.

No periódico é grande o destaque para o «constitucionalismo de ocasião» praticado pelo Governo e para a acusação de ser Pinto da Fonseca o principal responsável pelas violências que marcaram a província naqueles últimos meses³². Como se pode supor, as reclamações d' «A Folha Medicinal» não deixaram de lado a figura de Meirelles. No número 4 do jornal de 1 de abril de 1822, há o relato de uma discussão envolvendo o redator do jornal e o comendador. Oliveira relata o episódio em que Meirelles, ao lado de José dos Santos Monteiro³³, o chamou quando passava pela Praça do Comércio, em São Luís, capital da província. Segundo o redator, os dois personagens parabenizaram-no pelo jornal, porém, em tom de ironia, «com muitas festas, misturadas com riso sardônico». A partir de certo momento, a conversa teria chegado ao assunto do abaixo-assinado de autoria dos opositores do Governo, a quem Meirelles e Monteiro chamavam de «patifes». Oliveira teria respondido que os verdadeiros patifes não haviam assinado os documentos, e o ânimo se acirrou entre eles ao ponto de Meirelles sugerir um aperto de mão para acordar a briga, ao que o redator teria se recusado³⁴.

O comendador Meirelles seria, então, segundo Oliveira, o claro exemplo dos problemas enfrentados no Maranhão, visto que não respeitava o que já se achava estabelecido nas bases da Constituição: a liberdade de «pensar, falar, escrever, sem outras restrições». O redator entendia que a forma «tão pouco Constitucional» de Meirelles geraria consequências, como a «excreção pública». Além disso, Oliveira também afirma que o negociante só conseguia agir daquela maneira por confiar na proteção das leis e das autoridades da região. No entanto, o redator não aparenta temor e ressalta que continuaria a apresentar suas «opiniões políticas» para serem analisadas e julgadas pelo público³⁵. A posição do redator do jornal aponta para a nova concepção de cidadão que começava a ser forjada nesse período transitório — ao menos no discurso: «o cidadão-portador-

31. GALVES, 2011: 98-121.

32. GALVES, 2011: 98-121.

33. Em abril de 1822, carta de José dos Santos Monteiro foi publicada no «Conciliador» com o intuito de se defender da narrativa descrita na «Folha Medicinal». Nela, o autor nega ter feito festa ou riso sardônico, apenas teria feito um breve cumprimento e continuou como «mudo espectador da conservação», sendo obrigado a entrar em cena apenas quando começaram as provocações e os usos de expressões que o desafrontaram. «O Conciliador», 13 abr. 1822: 4.

34. «A Folha Medicinal do Maranhão», 1822: 28.

35. «A Folha Medicinal do Maranhão», 1822: 28.

-de-privilégios» dava lugar ao «cidadão-detentor-de-direitos-civis-e-políticos», transformação advinda da filosofia política do liberalismo³⁶.

Considerações finais

Os jornais que circularam na província nos primeiros anos da década de 1820 foram importantes instrumentos de publicação de embates tornando evidente o acirramento entre os grupos antagônicos no Maranhão. A imprensa também evidenciava a transformação do vocabulário, o qual teve papel fundamental para legitimar as insatisfações e as posições de cada grupo.

A imprensa periódica também contribuiu para a formação de «espaços públicos de poder», o que apontava para o rompimento dos círculos políticos restritos a Corte lusa, como acontecia até então³⁷. A liberdade de imprensa permitiu que os temas políticos e os debates realizados pelas autoridades também fossem assunto de discussão nos impressos, o que trazia à tona a nova autoridade: da «opinião pública». Portanto, o «público», ganhava uma nova concepção a partir dos anos de 1820, personificando-se. Ainda que o conceito tivesse a pretensão de ser universal, ele passava a ser dotado de atributos particulares, ao ponto de ganhar também uma «opinião»³⁸.

Nesse contexto é relevante notar o protagonismo de Meirelles nas teias de intrigas que envolveram o Governo de Pinto da Fonseca e que foram publicadas nos periódicos do Maranhão. Se por um lado, o comendador era escoltado por veementes defesas, por outro, a imagem ilibada não convencia o grupo opositor, que também se empenhou em fazer denúncias e reclamações. O poder econômico e político de Meirelles incomodou os grupos contrários ao Governo de Fonseca, talvez por perceberem que o ataque ao negociante tinha mais impacto por ele representar o pilar principal do «novo» Governo constitucional. Sendo assim,

36. BICALHO, 2003: 149. A autora ressalta que, mesmo transformada a noção de cidadão, o antigo «cidadão-súdito-privilegiado» não deixou de existir. Essa sobreposição de perspectivas é perceptível também nos embates envolvendo Meirelles, o qual se valeu de discurso marcado pelas transformações do ideário liberal. Destaca-se, contudo, que as suas defesas nos periódicos tinham como principal objetivo manter o privilégio e a influência do negociante na praça comercial do Maranhão.

37. NEVES, 2015: 157-158.

38. REIS, 2016: 77, 83-84.

denúncias e abaixo-assinados se multiplicaram ao longo dos anos até, pelo menos, 1831³⁹.

Logo, é evidente como os ideários políticos dos liberais portuenses, vitoriosos em 1820, impactaram fortemente também o outro lado do Atlântico. Os grupos de elite estabelecidos no Maranhão se apropriaram das concepções do movimento constitucional vintista para embasar as contendas políticas que marcavam a região e a imprensa e a opinião pública foram fundamentais para essas mais variadas interpretações.

39. Em 1831, em meio aos conflitos vividos durante o período regencial, é publicada no periódico «Farol Maranhense» a aclamação do pseudônimo «Auroro», enfatizando a importância de se manter o «laço nacional» na província. Em sua justificativa ele relembra que os «mais implacáveis inimigos da nação» eram os portugueses. O autor cita, então, Meirelles, considerado «português em toda extensão da palavra» e que, como todos sabiam, sempre fora contra «a nossa Liberdade e Independência». «Farol Maranhense», 1831: 1244.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes manuscritas (documentos não publicados)

PROTESTO DE LEALDADE e reconhecimento do povo ao Rei. Abaixo-assinado dos cidadãos da província do Maranhão (1821). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Brasil. Coleção Instituto Histórico. Lata 400, pasta 10, doc. 2.

Fontes impressas

- «A FOLHA Medicinal do Maranhão». 4 (1 abr. 1822) 28.
- «FAROL Maranhense». 298 (15 mai. 1831) 1244.
- «O CONCILIADOR do Maranhão». 5 (29 abr. 1821) 2-3.
- «O CONCILIADOR do Maranhão». 36 (14 nov. 1821) 4.
- «O CONCILIADOR do Maranhão». 39 (24 nov. 1821) 5.
- «O CONCILIADOR do Maranhão». Suplemento ao n.º 46 (20 dez. 1821) 2-8.
- «O CONCILIADOR do Maranhão». Suplemento ao n.º 61 (11 fev. 1822) 4.
- «O CONCILIADOR do Maranhão». 79 (13 abr. 1822) 4.
- «O CONCILIADOR do Maranhão». 163 (1 fev. 1823) 5-6.

Bibliografia

- BICALHO, Maria Fernanda Baptista (2003). *O que significava ser cidadão nos tempos coloniais*. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, pp. 139-151.
- CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (2012). *Às armas, cidadãos! — Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG.
- COSTA, Yuri (2015). *Por um conceito de elite judiciária no Maranhão do século XIX*. In CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins, orgs. *O Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sociopolíticos*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, pp. 263-288.

CUTRIM, Luisa Moraes Silva (2013). *Negócios e política em tempos constitucionais: percursos do negociante João Rodrigues de Miranda*. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão. Monografia de graduação.

CUTRIM, Luisa Moraes Silva (2017). *A alma do negócio: a trajetória do negociante Antonio José Meirelles no Maranhão (c. 1820 - c. 1832)*. Niterói: Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Dissertação de mestrado.

GALVES, Marcelo Cheche (2010). *“Ao público sincero e imparcial”: Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

GALVES, Marcelo Cheche (2011). *A pena, o prelo e a prescrição: um estudo sobre a Folha Medicinal do Maranhão, 1822*. In NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTOS, Maria Lindalva da Silva; MONTE, Regianny Lima, orgs. *Diluir Fronteiras: interfaces entre história e imprensa*. 1.ª ed. Teresina: EDUFPI, vol. 1, pp. 99-122.

GALVES, Marcelo Cheche (2016). *O Conciliador do Maranhão: imprensa e público leitor na América portuguesa (1821-1823)*. In SCHAPOCHNIK, Nelson; VENANCIO, Giselle, orgs. *Escrita, edição e leitura na América Latina*. Niterói: PPGH/UFF, pp. 811-822.

LUSTOSA, Isabel (2010). *O debate sobre os direitos do cidadão na imprensa da Independência*. In RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz, orgs. *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, pp. 31-45.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (2003). *Corcundas e Constitucionais: A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (2015). *Entre impressos e manuscritos: a “Guerra da Pena” na Independência do Brasil (1820-1822)*. In CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena de, orgs. *O Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sociopolíticos*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, pp. 155-183.

REIS, Renato de Ulhôa Canto Reis (2016). *Opinião pública como força política no Brasil: uma análise a partir dos conceitos de público e publicidade (1820-1830)*. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação de mestrado.

RIBEIRO, Gladys Sabina (1997). *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Campinas: Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutorado.

VERDELHO, Telmo dos Santos (1981). *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.